

Nas mãos do governo federal

Juliana Cézar Nunes e
Ana Lúcia Moura
Da equipe do **Correio**

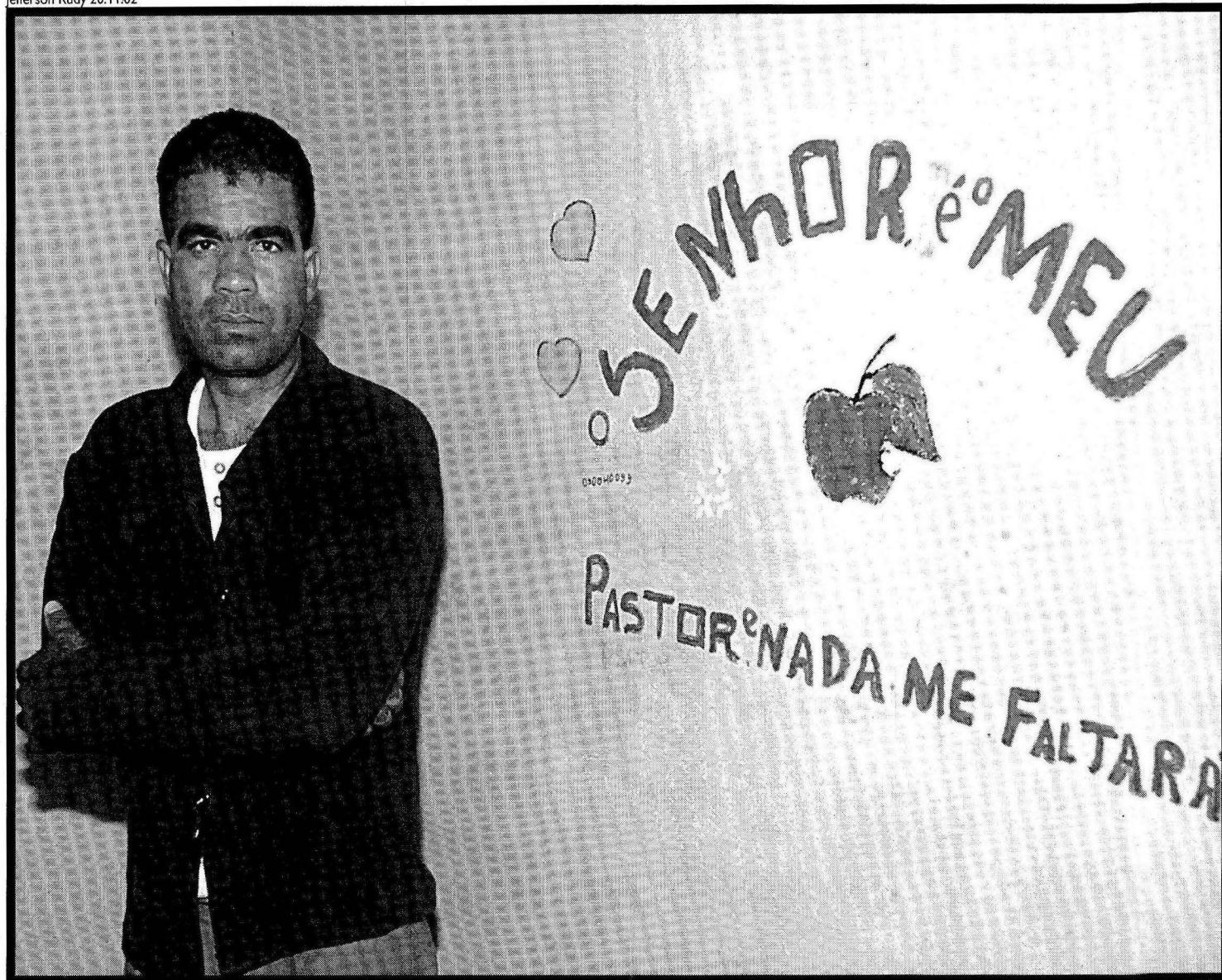
Afalta de remédios e atendimento médico no Distrito Federal não é somente um problema de saúde pública. Trata-se de uma ofensa aos direitos humanos. É o que pensam representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, ministérios públicos federal e do Distrito Federal. Na manhã de ontem, eles entregaram ao secretário nacional de Direito Humanos, Nilmário Miranda, um relatório com o resumo das irregularidades cometidas entre 2000 e 2003 na Secretaria de Saúde do DF. Entre elas, denúncias de superfaturamento na compra de remédios, desvio de verbas e terceirizações ilícitas. O objetivo é provocar o governo federal a fazer uma intervenção no DF para confirmar as suspeitas de improbidade administrativa.

O documento traz depoimentos de pacientes e familiares que foram prejudicados pela falta de assistência. Uma das pessoas ouvidas pelos procuradores e promotores foi o motorista Calisto Pereira Matos, 33 anos, marido de Valdirene Matos, 25 anos. Há a suspeita de que ela tenha morrido por negligência da Secretaria de Saúde, que não lhe deu os medicamentos necessários ao tratamento de um câncer no estômago. "Tenho esperança de que a Secretaria de Direitos Humanos nos ajude a fazer justiça", diz Calisto. "Mas, enquanto isso não acontece, vou entrar com um processo contra a secretaria por perdas e danos morais causadas aos meus dois filhos que ficaram órfãos de mãe."

O caso de Valdirene e de todos os moradores do DF que passaram os últimos 12 meses dependendo da rede de saúde local será analisado amanhã em uma reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana. A decisão de levar o documento do Ministério Público e da OAB para discussão foi do próprio Nilmário. "A saúde é um direito social. É pertinente que o caso tenha sido trazido até nós", diz Miranda, que também encaminhou o relatório ao Ministério da Saúde.

O porta-voz do governo do Distrito Federal, Paulo Fona, considera o relatório entregue ao governo federal um gesto político.

Jefferson Rudy 20.11.02



CALISTO MATOS DEPOIS DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA. SUA MULHER VALDIRENE PODE TER MORRIDO POR NEGLIGÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE

"O Ministério da Saúde, tribunais de Contas da União e do DF têm tido todo o apoio da secretaria nas inspeções. Não há razão objetiva para esse pedido de nova investigação", acredita Fona.

O procurador regional da República Humberto Jacques de Medeiros discorda da avaliação do porta-voz. Para ele, as investigações realizadas até agora não levam à punição dos culpados. "Em muito estados têm acontecido irregularidades na saúde — inclusive em Pernambuco, onde o atual ministro da Saúde, Humberto Costa, foi secretário. Mas o caso do DF é emblemático", avalia Medeiros. "O governo vai precisar de muita disposição política para intervir. Será um teste para avaliar se uma nova postura será tomada a partir de agora."

RECOMENDAÇÕES

As principais indicações de ação dadas à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos por procuradores e promotores dos Ministérios Públícos Federal e do Distrito Federal, e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil:

Intervenção federal por não aplicação em saúde dos recursos mínimos previstos na Constituição;

Intervenção federal por ofensa aos princípios constitucionais dos direitos da pessoa humana;

Determinação ao Ministério da Saúde (MS) para que assuma ele próprio a gestão dos recursos federais por ele transferidos ao sistema de saúde do Distrito Federal;

Determinação ao MS para que proceda a ampla auditoria de gestão para apuração das retificações gerenciais que se impõem na administração de saúde do DF;

Determinação ao MS e à Controladoria Geral da

União imediata de força-tarefa de auditores federais para proceder varredura nas contas e processos administrativos da Secretaria de Saúde do DF;

Determinação à Secretaria da Federal para que audite as empresas contratadas pelo sistema único de saúde do DF;

Determinação à Polícia Federal para que acompanhe as apurações de mortes ocorridas por omissões.

R\$ 15,8 milhões gastos a menos

A maior parte das irregularidades descritas no documento apresentado à Secretaria de Direitos Humanos foi descoberta no ano passado. De inédito, o relatório traz um levantamento realizado pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre os investimentos do governo local em saúde. A conclusão é a de que, no ano passado, houve uma redução dos gastos no valor de R\$ 15,8 milhões em relação a 2001. Para chegar a esse número, os técnicos do tribunal verificaram a arrecadação do DF em impostos estaduais e municipais. O conselho do tribunal julgou e aprovou o relatório referente ao primeiro semestre. "Tudo indica que o descumprimento ocorreu também no segundo semestre", diz a procuradora do Ministério Público junto ao TCDF Cláudia Fernanda de Oliveira.

Uma emenda constitucional publicada em 2000 estipula que 12% e 15% dos impostos estaduais e municipais, respectivamente, devem ser investidos em saúde. As cidades que não possuíam investimentos nessa quantia ganharam há dois anos a chance de, anualmente, aumentar o percentual em 1,5% até chegar ao valor recomendado. O DF seguiu o conselho nos dois primeiros anos. Em 2002, voltou a reduzir os gastos.

Ano passado, a aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde pelo governo do DF somaram R\$ 283 milhões. Para se manter, a rede contou com o apoio federal, que chegou a mais de 80% do total depositado no Fundo de Saúde (cerca de R\$ 1,2 bilhão). No orçamento deste ano, os percentuais certos de investimento estão sendo cumpridos. Mas o Ministério Público e o Ministério de Saúde querem um maior detalhamento na destinação do dinheiro.

Os recursos são depositados em uma conta única, de onde não é possível confirmar se são usados nas ações corretas. Entre os desvios verificados no ano passado estão a compra de cestas básicas, a construção de restaurantes da solidariedade e da terceira ponte do Lago Sul.